


*Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.*

## JURISPRUDÊNCIA


### 1. Norma coletiva que flexibilizou horário noturno prevalece sobre legislado

 TST validou cláusula coletiva que alterou a forma de remuneração do trabalho noturno em atividades portuárias, em detrimento de legislação específica.

✦ **Relevância:** Reafirma a autonomia da negociação coletiva em setores específicos, privilegiando a norma ajustada entre as partes sobre a legislação ordinária.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/norma-coletiva-que-flexibilizou-horario-noturno-prevalece-sobre-a-lei-dos-portuarios>


### 2. TST invalida banco de horas “às escuras” em empresas de transporte

 O TST declarou inválido sistema de banco de horas em que empregados não tinham acesso prévio ou transparente aos registros de jornada.

✦ **Relevância:** O relator declarou ser inadmissível uma cláusula que desobriga o empregador de apresentar demonstrativos mensais e abre espaço para extrapolar a limitação constitucional da jornada. Na prática, a ausência de demonstrativos criava risco de dupla penalização: os trabalhadores já sofriam redução salarial pela flexibilização da jornada e ainda ficavam sem acesso às informações para conferir o banco de horas.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/tst-invalida-banco-de-horas-as-escuras-em-empresas-de-transporte-de-belo-horizonte>


### 3. Empregador não é responsável por limpeza de roupas de proteção


 O TST afastou responsabilidade de empresa por não realizar a lavagem de EPIs, entendendo que cabe ao empregado zelar por sua conservação quando não houver exigência legal de limpeza pelo empregador.


✦ **Relevância:** A NR-6 define de forma clara a diferença entre limpeza e higienização: a primeira diz respeito à retirada de sujeiras comuns e cabe ao trabalhador. A segunda envolve procedimentos de descontaminação e desinfecção, normalmente de responsabilidade do empregador.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/concessionaria-de-energia-nao-e-responsavel-por-lavar-roupas-de-protecao>


#### 4. Empresa de ônibus valida turno de revezamento com jornada de 8h


 O TST reconheceu a validade de acordo coletivo que estabeleceu turno de revezamento de motoristas com jornada de 8 horas diárias, afastando a limitação legal de 6 horas.

 **Relevância:** Para o tribunal direitos relacionados às jornadas em turnos de revezamento não são indisponíveis, sendo possível sua negociação no instrumento coletivo.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-de-onibus-consegue-validar-turno-de-revezamento-com-jornada-de-oito-horas>


#### 5. Técnico será indenizado após cair na “malha fina” por erro da empregadora


 A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito de empregado à indenização por morais em razão de erro da empresa que o levou a ser autuado pela Receita Federal.


 **Relevância:** Destaca a responsabilidade do empregador pelos prejuízos fiscais causados por falhas administrativas no cumprimento de obrigações acessórias.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/tecnico-que-caiu-na-malha-fina-por-erro-da-empregadora-sera-indenizado>


#### 6. TRT-15 mantém condenação de empresas por assédio sexual

 A 1ª Câmara do TRT-15 confirmou condenação de empresas que não adotaram medidas efetivas de prevenção e combate a assédio sexual praticado contra empregada.

 **Relevância:** Reforça a responsabilidade objetiva das empresas em criar ambientes de trabalho seguros e prevenir práticas de assédio, sob pena de condenação por danos morais e coletivos.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/1a-camara-mantem-condenacao-de-empresas-por-assedio-sexual-empregada>


### 7. Descumprimento de ordem e invasão a centro cirúrgico motivam justa causa de empregada em estabilidade gestacional

 O TRT da 2ª Região manteve a dispensa por justa causa de empregada com estabilidade gestacional que descumpriu ordens colocando em risco pacientes e a equipe de saúde.

📌 **Relevância:** A decisão reforça que a estabilidade da gestante não constitui salvo-conduto para condutas gravíssimas que atentem contra a disciplina e a segurança, legitimando a justa causa em hipóteses excepcionais. Sendo demonstrado o motivo disciplinar grave, afasta-se o direito à reintegração ou à indenização substitutiva

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/descumprimento-de-ordem-e-invasao-a-centro-cirurgico-motivam-justa-causa-de-gestante>


### 8. TJSP anula auto de infração ambiental por ausência de comprovação de autoria e nexo causal em incêndio rural

 Um produtor rural recorreu contra multa ambiental aplicada pela Fazenda do Estado de SP por suposta responsabilidade em incêndio em canavial. O Tribunal reconheceu que não houve prova suficiente da conduta infratora nem do nexo de causalidade, afastando a aplicação da responsabilidade objetiva na esfera administrativa.

📌 **Relevância:** O acórdão reafirma a tese de que a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, exigindo comprovação de conduta e nexo causal, distinguindo-a da responsabilidade civil, que pode ser objetiva.

 [1001344-22.2024.8.26.0369.pdf](#)

### 9. TJSP mantém indeferimento de liminar para supressão de vegetação nativa em Ubatuba

 A agravante buscava autorização judicial para suprimir vegetação nativa em lotes localizados em Ubatuba, alegando incompetência do juízo e pedindo suspensão da exigência de comprovação de posse feita pela CETESB. O Tribunal negou o recurso, entendendo que a competência do juízo é absoluta pela localização do imóvel e que não cabe medida liminar que esgote o objeto da ação sem prévia análise do órgão ambiental.

📌 **Relevância:** O acórdão reafirma que não é possível autorizar judicialmente a supressão de vegetação nativa em caráter liminar, sob pena de irreversibilidade do dano ambiental, e reforça a necessidade de atuação prévia e técnica da CETESB antes de qualquer decisão.

 [2069855-61.2025.8.26.0000.pdf](#)



FAESP



SENAR

SINDICATOS  
RURAIS

Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

 @faespsenarsp |  @faesp\_senarsp |  (11) 94710.8788